

O LAZER EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

Parque Comunitário *Prainha* em Roque Gonzales/RS

LEISURE IN SMALL MUNICIPALITIES
Prainha Community Park i
n Roque Gonzales/RS

Ana Paula Sarzi Ledur¹,
Camila Rosa Durão² e Ísis Portolan dos Santos³

Resumo

A relação entre rios, cidades e pessoas é antiga e está atrelada à evolução humana. A partir do estudo desse vínculo tem-se o presente artigo, elaborado durante a graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM. Trata-se da evolução projetual de um parque com equipamento comunitário na orla do lago artificial no Rio Ijuí, configurado devido a instalação de uma usina hidrelétrica em Roque Gonzales, município gaúcho de pequeno porte. O trabalho foi dividido em dois momentos: etapa teórica, caracterizada pela revisão bibliográfica, estudos referenciais e diagnóstico da área de intervenção; e etapa prática, que consiste na elaboração projetual. Como resultado, obteve-se um projeto paisagístico e arquitetônico com enfoque no lazer, esporte e turismo. Dessa forma, o espaço denominado Parque Comunitário *Prainha* se caracteriza como um projeto com características locais, mas com abrangência regional, que valoriza a paisagem natural, a cultura do município e o potencial recreativo do rio.

Palavras-chave: rios, lazer, parque, espaço comunitário.

Abstract

*The relationship between rivers, cities and people is old and is linked to human evolution. This article is based on the study of this relationship. It was prepared during the undergraduate course of Architecture and Urbanism at UFSM. Its subject is the evolution of the design of a park with community equipment on the shore of the artificial lake on the Ijuí River, which was created due to the installation of a hydroelectric plant in Roque Gonzales, a small municipality in the state of Rio Grande do Sul. The work was divided into two moments: theoretical stage, characterized by bibliographic review, reference studies and diagnosis of the intervention area; and practical stage, which consists of project design. As a result, a landscape and architectural project was obtained with a focus on leisure, sport and tourism. Thus, the space called Parque Comunitário *Prainha* stands out as a project with local characteristics, but with regional scope, which highlights the natural landscape, the culture of the municipality and the recreational potential of the river.*

Keywords: river, leisure, park, community space.

Introdução: o trabalho e suas inter-relações com a temática

As cidades de pequeno porte são locais de grande importância social, econômica e espacial. Para melhor compreender a dinâmica desses lugares, é necessário primeiramente entender o conceito de cidades pequenas. Conforme apresentado por Cuti e Naumova (2019) são consideradas cidades pequenas aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Mas para além de uma questão populacional, outros fatores devem ser considerados para essa classificação, como por exemplo, as oportunidades ofertadas, os recursos que esses locais possuem, abrangência de seu atendimento, proximidade com cidades vizinhas e a paisagem do entorno predominantemente rural (CUTI; NAOUMOVA, 2019).

Apesar de sua relevância para as diversas interações que ocorrem dentro do território, ainda existem poucos estudos acadêmicos no âmbito da arquitetura e urbanismo que subsidiem intervenções adequadas e compatíveis com a realidade desses locais.

Assim, o presente trabalho se conecta com a temática das cidades de pequeno porte ao se aprofundar e apresentar as dinâmicas de lazer em Roque Gonzales, município localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Mais precisamente, o estudo visa compreender a situação existente e apresentar uma proposta de revitalização para o entorno do lago artificial do Rio Ijuí, formado devido à instalação de uma usina hidrelétrica.

No contexto atual, a pandemia ocasionada pelo Coronavírus evidenciou as necessidades de estudos que valorizem a escala local, seja ela dentro de grandes centros urbanos ou nas cidades de pequeno porte. Além disso, o confinamento também reafirmou a importância do convívio social e do contato com a natureza, demonstrando a relevância de áreas verdes, como praças e parques, e dos espaços comunitários de convivência.

Dessa forma, houve a valorização da escala micro a partir do fomento à utilização dos espaços de lazer de bairro e das cidades pequenas e evitando-se deslocamentos e aglomerações em centros maiores. Sendo assim, as cidades de pequeno porte e microrregiões ficam em evidência, incentivadas a ofertar equipamentos e infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades da população residente bem como de possíveis turistas do entorno.

Com isso, o estudo busca fomentar a discussão acerca das cidades de pequeno porte na medida em que analisa as dinâmicas do lazer em um município pequeno e propõe alternativas compatíveis para essa realidade. Nesse sentido, o estudo incentiva a realização de outras pesquisas voltadas para a pequena escala, tendo em vista que apresenta as diversas possibilidades e particularidades de se trabalhar com o espaço micro.

Contexto histórico: a relação entre rios, cidades e civilizações

A história das civilizações está profundamente ligada à água, visto que o processo de sedentarização e do conseqüente surgimento de agrupamentos humanos e posteriormente das cidades se deu, na maior parte das vezes, junto a mares, rios ou lagos. Os rios tiveram suas margens povoadas ao longo da história por uma questão de sobrevivência, mas para além disso, o estabelecimento de agrupamentos juntos a cursos de água se deu também por questões estéticas, culturais, de defesa, proteção e por facilitar a comunicação e o comércio (BAPTISTA; CARDOSO, 2013). Além disso,

1 Arquiteta e Urbanista, graduada pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

2 Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Santa Maria.

3 Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina.

ao longo da história e em diversas culturas, os espaços de água, nos quais se incluem os rios, adquiriram caráter de lazer e recreação.

Apesar da grande importância que os cursos hidrográficos tiveram para a sobrevivência da espécie humana e da formação das primeiras civilizações, é perceptível em diversas cidades do mundo a exclusão a que rios e córregos foram e são submetidos. Conforme Baptista e Cardoso (2013), esse processo de negligência aos cursos hídricos ficou mais perceptível nas Idades Antigas e Médias, quando já era perceptível os efeitos que a urbanização possui sobre esses recursos, através da ocupação desenfreada de suas margens e destinação dos rejeitos sanitários e resíduos de atividades comerciais e manufatureiras. Essa situação agravou-se ainda mais com a Revolução Industrial no século XVIII, momento em que os rios passaram a ser utilizados para abastecimento industrial e para o recebimento de resíduos contaminados (REYNOSO *et al.*, 2010).

A crescente concentração populacional nas cidades e os surtos de doenças na Europa, combinados com os avanços científicos na área da saúde, originaram o conceito higienista. Originado em território europeu e amplamente empregado no Brasil no fim do século XIX, essa metodologia foi responsável pela profunda alteração na relação das cidades com seus rios. Nesse período, buscava-se controlar as enchentes e as doenças que eram transmitidas através da água através de um sistema de rápida dejeção das águas pluviais e servidas. Isso se deu através da canalização de rios e córregos, processo que acabou por retirar os cursos hídricos das paisagens das cidades e por reduzir seu potencial como sistema natural drenante (BAPTISTA; CARDOSO, 2013).

Nos últimos anos, é perceptível uma nova tendência mundial na relação com as águas urbanas, marcada pela reivindicação dos rios pela sociedade e pela necessidade de uma nova abordagem por parte dos planejadores, governantes e comunidade em relação ao tema. Nesse sentido, os recursos hídricos são vistos como potencializadores do desenvolvimento urbano, abrigando atividades que possuem caráter multifuncional e interligado. Como pontuam Baptista e Cardoso (2013, p. 136) “De fato, o novo olhar sobre os rios e córregos urbanos se volta para sua apreciação integrada como espaços de oportunidade ambiental, social, recreativa, cultural e econômica”.

Ainda para Baptista e Cardoso (2013), é necessário que se concilie, nas interferências em rios urbanos, as visões ambientalistas e urbanísticas do tema. Enquanto a primeira considera unicamente as questões ambientais e se exime das particularidades da cidade, a visão urbanística considera apenas as demandas antrópicas sobre esse recurso natural. Nesse contexto, é necessário levar em consideração que os cursos hidrográficos são elementos naturais com características dinâmicas que estão presentes em um ambiente de mudanças constantes, o ambiente urbano.

Ao se analisar a evolução da relação entre cidades e rios ao longo das diferentes civilizações é possível perceber que o papel dos rios nas cidades passou por diferentes cenários e contextos. Atualmente, é perceptível uma maior valorização desse recurso natural presente nas áreas urbanas através da valorização de seu potencial funcional, ecológico, estético e de lazer, estimulando o desenvolvimento econômico e social dos locais onde estão inseridos. Apesar de representar um grande desafio às políticas públicas, a abordagem integrada da temática pelo viés social, ambiental e econômico, tem grande potencial para abrigar projetos para o lazer nas cidades que busquem melhorar o bem-estar social e a qualidade ambiental dos recursos hídricos.

As usinas hidrelétricas e seus impactos: feridas causadas pelo homem

Além da relação com as cidades, os rios trazem outro aspecto na urbanização: sua exploração para geração de energia elétrica. Conforme a 3ª edição do Atlas de Energia Elétrica no Brasil (2008), as usinas hidrelétricas eram a principal fonte de energia renovável no Brasil, correspondendo a 75,68% da potência total instalada no país (ANEEL, 2008).

Até os anos 80, não existiam no país ações efetivas voltadas para a preservação ambiental nesses empreendimentos. Nesse contexto, as usinas hidrelétricas eram vistas sob a perspectiva de uma *ideologia de modernização*, onde os setores responsáveis não se preocupavam com os impactos no meio natural (COLITO, 2000). As instalações de usinas eram vistas de forma positiva, pois acreditava-se que fomentavam o desenvolvimento da região onde eram instalados (COLITO, 2000) e consequentemente proporcionavam o bem estar da população (SOARES, 2009).

Segundo Colito (2000), a partir da década de 80, com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), os impactos ambientais e posteriormente os impactos sociais dos empreendimentos humanos, entre eles as usinas hidrelétricas, passaram a ser considerados nos estudos de implantação desses projetos. Além disso, para a mesma autora, apesar da questão social estar inclusa nos estudos, a metodologia adotada na maioria dos casos, leva em consideração o custo da terra, as benfeitorias e as plantações, mas não considera as relações, referências e identidade social presentes nos espaços atingidos (COLITO, 2000).

Os impactos gerados pelas barragens nos territórios em que são implantados são diversos e complexos, afetando tanto os ecossistemas naturais (flora e fauna) quanto os municípios e sua população, sob o aspecto social, territorial, econômico e ambiental. Segundo Colito (2000), para algumas pessoas o lago formado pela barragem significará potencial de aproveitamento, mas para aqueles que foram impactados pelas barragens, principalmente os que perderam suas comunidades, o empreendimento irá ocasionar perdas sem reposições. Entretanto, é importante que “as gerações futuras possam usufruir, não em algum dia de visita, mas na sua vida cotidiana, da beleza das paisagens a qual cada geração, tenha dado o seu acréscimo” (ALPHANDÉRY, 1997, p. 11 apud COLITO, 2000, p. 283).

Nesse contexto, destaca-se a importância da ressignificação dos espaços atingidos através de uma relação mais próxima com os novos locais originados devido à instalação das usinas hidrelétricas. Dessa forma, equipamentos que estimulem a relação da comunidade com o território modificado, tanto pelos moradores quanto pelos turistas de forma esporádica, é de grande importância para um melhor aproveitamento dos espaços existentes e consequentemente para o desenvolvimento da economia do município.

Nesse contexto, é possível observar em diversos municípios do Brasil exemplos em que lagos de barragens se tornaram opções de lazer cotidiano e como opção de turismo para visitantes. Esses espaços são utilizados pela população principalmente nos períodos de verão, quando a relação com o lago ocorre de forma mais interativa, através de atividades recreativas como banho, pesca, passeios em veículos aquáticos e práticas esportivas. Esses espaços utilizados para a prática do lazer, mas que não foram criados com essa finalidade se caracterizam, conforme (MARCELLINO, 1950 p. 29), como “equipamento não específico de lazer, ou seja, um espaço não construído de modo particular para essa função, mas que eventualmente pode cumpri-la”.

No município de Roque Gonzales, tem-se um histórico de utilização do Rio Ijuí pela população como forma de lazer nos períodos de verão, principalmente através do uso do Salto Pirapó e de balneários particulares que foram atingidos pela barragem. Com a extrapolação das margens do Rio Ijuí e a conseqüente aproximação deste com a cidade, a relação com o rio acontece de forma mais cotidiana, seja através dos visuais permitidos em alguns pontos da cidade ou da utilização da chamada *Prainha*, que associada com novos balneários particulares, tem funcionado como espaço de lazer para a população.

Mesmo já sendo frequentada pela população local e por visitantes, principalmente nos períodos de calor, acredita-se que a *Prainha* é subutilizada pela falta de infraestrutura e equipamentos. Apesar disso, tem-se na área um grande potencial para a instalação de um parque, com o intuito de incentivar o uso cotidiano e atividades turísticas, atendendo as demandas da população e incentivando uma nova relação da comunidade com o rio.

A prática do lazer: conceitos e espaços

Como citado anteriormente, no contexto brasileiro onde boa parte da geração de energia elétrica é proveniente de usinas hidrelétricas, os lagos ocasionados por elas são amplamente utilizados também como espaços de lazer (banho, natação, pesca, passeios de barco). Nesse sentido, para melhor compreender a dinâmica do lazer em espaços não específicos e em cidades de pequeno porte é necessário que se tenha uma maior compreensão do que é o lazer.

Conforme a Constituição Federal, “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” BRASIL (1988). Ou seja, entre outros assuntos assegurados pela constituição, o lazer é considerado um direito de todos os cidadãos.

Além disso, seu conceito é amplo e tem sido estudado de diferentes formas pelas distintas áreas que trabalham o tema. Para Dumazedier (2000), lazer é aquilo que o indivíduo realiza sem se preocupar com questões familiares, profissionais e sociais.

Segundo Marcellino (1950) o surgimento da temática e sua ocorrência histórica também é variada: enquanto para alguns autores os homens sempre tiveram momentos de trabalho e de pausa, outros acreditam que o lazer surgiu com a sociedade moderna urbano industrial, onde a divisão entre trabalho e tempo livre fica mais evidente.

Conforme Dumazedier (2000), o lazer possui três principais funções: descanso, desenvolvimento e recreação. Na concepção de Marcellino (1950), o lazer se constitui de seis áreas fundamentais: interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais. O presente trabalho terá como enfoque o lazer relacionado com a prática de atividade física, turística e social.

A destinação de tempo e espaços para o lazer, seja ele passivo ou ativo, possui uma série de benefícios para a saúde física e mental da população. Conforme Pondé e Caroso (2003) há uma relação positiva entre participação em atividades de lazer e uma melhor qualidade de vida e saúde mental. Além disso, por ser caracterizado sob a ótica de *percepção de liberdade* o lazer funciona como amortecedor do estresse da vida cotidiana.

O espaço de lazer se caracteriza como um lugar de encontro e convívio, e esses espaços não estão sendo ofertados nas cidades para que todos possam usufruí-lo (PELLEGRIN, 1999). Ainda para a autora, é perceptível que existe uma tendência de privatização dos equipamentos de convívio, tornando-o um produto de mercado (PELLEGRIN, 1999). Nesse sentido:

Entre outras considerações, pode-se dizer que democratizar o lazer implica democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termo de vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato; o espaço para o lazer é o espaço urbano (MARCELLINO, 1950, p. 25).

Os espaços e equipamentos destinados ao lazer, de forma geral, são os locais que abrigam atividades, projetos e programas de lazer (PELLEGRIN, 2004) ou possuem potencial para isso, como no caso dos vazios urbanos e espaços verdes. Nesse contexto, os parques são elementos de fundamental importância dentro das cidades, pois se caracterizam como espaços com tratamento paisagístico destinadas ao uso público, normalmente para a realização de atividades de esporte, recreação e lazer, além de possuir funções ecológicas (WALL; WATERMAN, 2012). Esses espaços são elementos de grande importância para a urbanização e suma importância para garantir o direito ao lazer estabelecido pela Constituição Federal.

Sob essa perspectiva, aproximar os espaços destinados ao lazer, sejam eles na forma de parques, praças ou edificações, da população residente em cidades pequenas é uma forma de torná-los mais acessíveis e democráticos, evitando deslocamentos para outros centros.

O espaço público em cidades de pequeno porte no contexto do interior gaúcho

Os estudos no campo da arquitetura e urbanismo relacionados aos espaços de lazer em cidades de pequeno porte ainda são escassos se comparados aos estudos que abrangem as cidades médias e grandes no Brasil. A falta de conteúdos sobre esses espaços nas cidades de pequeno porte resulta na carência de diretrizes compatíveis com a escala e configuração espacial e social dessas cidades (ENDLICH 2011 apud BATISTA 2018).

A configuração espacial dos pequenos municípios se dá de forma diferente da que acontece em cidades de médio e grande porte, dessa forma, a distribuição dos espaços e equipamentos públicos também ocorre de forma distinta. Segundo Batista (2018), tradicionalmente os municípios de pequeno porte possuem uma morfologia semelhante devido à forte presença da igreja católica no Brasil. A igreja normalmente estava localizada junto a uma grande praça central, a partir do qual irradiava o desenvolvimento urbano (BATISTA, 2018). No contexto das cidades pequenas, a praça central funciona até os dias atuais como principal ponto de encontro e interação social da população. No seu entorno estão presentes a área comercial e órgãos públicos do município.

Outra dinâmica característica das cidades pequenas é o movimento para cidades ou regiões maiores na busca por lazer e recreação. Tendo em vista questões sociais e econômicas, não é toda a população que possui condições de realizar essa movimentação, o que evidencia a importância dos espaços públicos destinados ao lazer nos municípios menores.

A área de intervenção e a comunidade de Roque Gonzales

A área de intervenção do presente trabalho consiste no município de Roque Gonzales localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, próximo ao município de São Luiz Gonzaga, em uma área conhecida como Região das Missões, conforme Figura 1. O município possui, segundo IBGE (2020), uma população estimada de 6.847 habitantes. A cidade está situada a aproximadamente 525 km da capital estadual Porto Alegre e a 630 km do litoral gaúcho.

A relação de Roque Gonzales com seus rios ocorre desde sua origem. Em um primeiro momento, com a redução jesuítica Assunção de Ijuí no lado direito do Rio Ijuí, e posteriormente com a ocupação pelos alemães próximos ao Salto Pirapó.

Para além de questões funcionais, a relação do município com o Rio Ijuí se deu também com o intuito de suprir demandas pela geração de energia elétrica. Nesse contexto, em 1930 inaugurou-se a Usina Pirapó, primeira usina hidrelétrica da região e que gerava energia para as indústrias de São Luiz Gonzaga. Posteriormente, em 2007, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica Passo São João, Figura 2, empreendimento da Eletrosul (Eletrobras), com potência instalada de 77MW.

A implantação da usina hidrelétrica ocasionou diversas transformações na região, dentre as quais destacam-se as espaciais, visíveis nos mapas da Figura 3, com o alagamento das margens de trecho do Rio Ijuí e conseqüente aproximação deste com a área urbana da cidade.

Com o intuito de melhor compreender as questões sociais da área e a relação da população com a área de intervenção, aplicou-se um questionário digital durante um período de 21 dias (de 19 de setembro de 2020 a 10 de outubro de 2020) através da ferramenta Google Formulário. A pesquisa teve alcance de 99 pessoas e demonstrou, entre outras informações, que mesmo com os diversos impactos sociais e territoriais ocasionados pela usina, boa parte da população, considera a implantação da usina hidrelétrica como positiva (77,8%), seguido por aqueles que não sabem opinar (16,2%).

A percepção da população possivelmente pode ser explicada pelos empregos gerados no período de construção da usina e principalmente pela criação do Balneário Municipal de Roque Gonzales, conhecido pela população como *Prainha*. Esta área, localizada próximo ao centro da cidade, se caracteriza como um espaço de orla à beira do lago artificial, utilizado pela população como espaço de lazer.

A proposta: conceito geral e estudos iniciais

O projeto consiste na elaboração de um parque com equipamento comunitário na orla do lado do Rio Ijuí, na área denominada pelos usuários como *Prainha*. Como público-alvo identificou-se os moradores de todo o município, tendo em vista a escala deste e da área de intervenção, bem como turistas, provenientes principalmente da região noroeste do estado, devido à proximidade com o local. Para a possível consolidação do projeto, os agentes de intervenção seriam a Prefeitura Municipal de Roque Gonzales, o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões e a Eletrosul (empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico e que poderia investir na área como medida mitigatória pelos impactos ocasionados pela barragem).

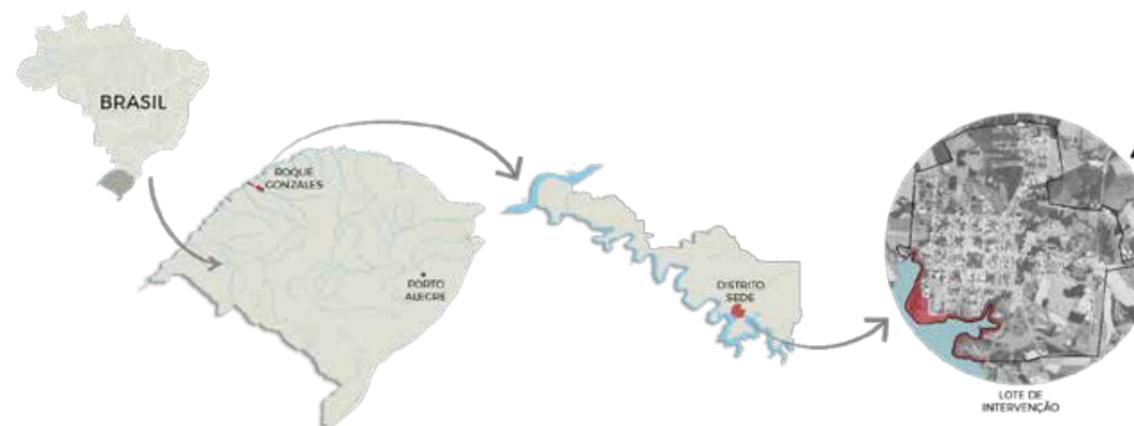


Figura 1 – Demarcação da área de intervenção em relação ao Brasil, estado, município e distrito sede respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora (2020). Figura 2 – a) Imagem aérea da Usina Hidrelétrica Passo São João. b) Imagem aérea de trecho do Rio Ijuí antes da construção da usina hidrelétrica. b) Imagem aérea depois da construção da usina hidrelétrica. Fonte: Google Earth (2020) adaptado pela autora (2020).

A proposta tem como princípio norteador a criação de um espaço com aspecto natural, tendo em vista que se trata de uma Área de Preservação Permanente e a implantação de usos e materiais compatíveis com a cultura e disponibilidade local. Dessa forma tem-se como diretrizes: considerar os usos existentes no espaço e fomentá-los através da instalação de melhor infraestrutura e equipamentos; atrair o público para a área através de um programa de necessidades diversificado que atenda distintas faixas etárias e grupos sociais; promover o turismo ecológico na região; implantar equipamentos que atraiam a população residente durante a semana; espaços para o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais com as escolas e instituições do município; fomento aos modais alternativos através da criação de ciclovias e aluguel de bicicletas; criação de um percurso multimodal que conecte a duas extremidades do parque e suas áreas adjacentes; revitalização da Área de Preservação Permanente; valorização do rio através da implantação de atividades que permitam a visualização, contato e imersão; parque e edificação com características naturais e ecológicas demonstradas através de traçado, forma e materialidade e a implementação de edificação em local que não barre as visuais do lago e funcione como um mirante para o mesmo.

O conceito geral do projeto vem do equilíbrio entre os contrastes existentes nos espaços de orla: terra – água, urbano – natural, sólido – fluido. Nesse contexto, o

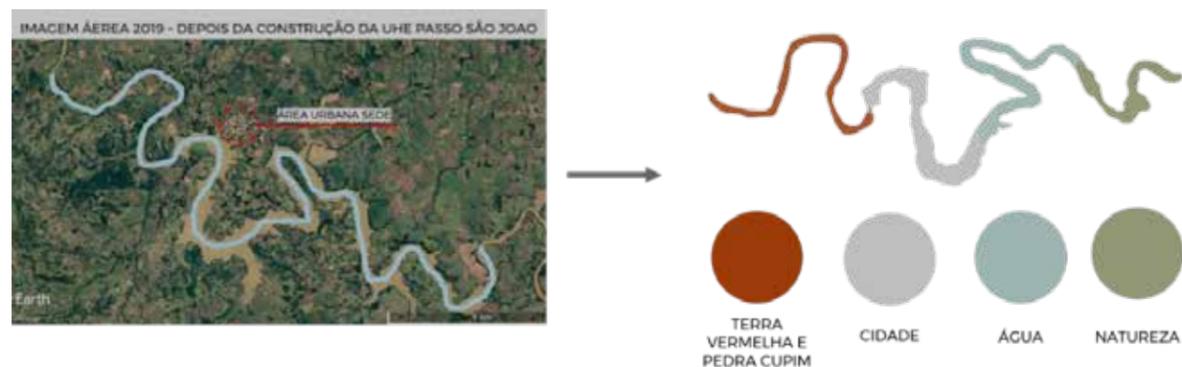


Figura 4 – a) Traçado do rio a partir do qual retirou-se o símbolo da marca. b) Evolução da marca com a utilização das diferentes cores simbolizando os distintos momentos do rio e as dualidades existentes no espaço de orla. Fonte: Google Maps (2021) adaptado pela autora (2021) e elaborado pela autora (2021) respectivamente. Figura 5 – Esquema de intervenções na escala macro: urbanismo de áreas adjacentes. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

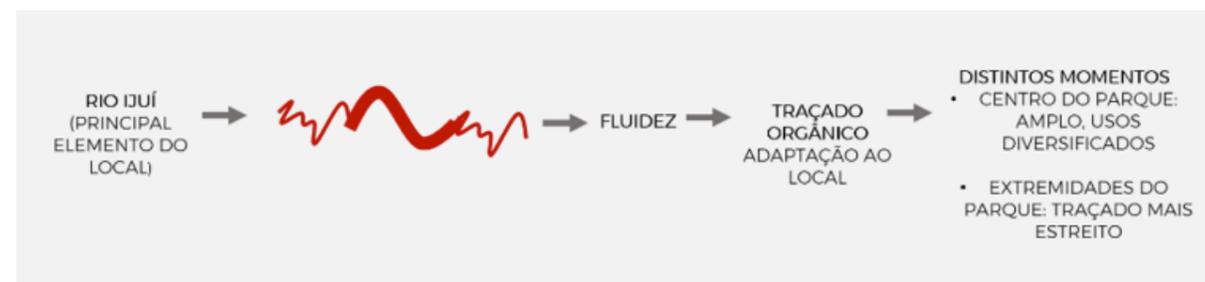
parque, elemento mais natural da proposta, irá remeter à água enquanto a edificação multiuso, elemento construído, remete à terra.

A partir do conceito, elaborou-se a identidade visual da proposta, que buscou remeter ao principal elemento da área: o Rio Ijuí. Dessa forma, utilizou-se trecho de seu percurso para a criação de um símbolo que representasse a área, Figura 4 a). Com a construção da barragem, o rio teve sua largura e disposição alteradas, o que inspirou a utilização de diferentes larguras e cores na marca. As cores foram pensadas com o intuito de valorizar o equilíbrio existente entre as dualidades dos espaços de orla (terra x água e cidade x natureza), resultando na identidade final conforme Figura 4 b).

O desenvolvimento projetual da proposta considerou três escalas: macro, meso e micro. As três escalas foram pensadas de forma a melhor organizar as diretrizes projetuais, que se caracterizam como os elementos norteadores das decisões para a proposta. Entretanto, todas encontram-se conectadas através de um conceito geral norteador, que se aprofunda de diferentes formas em cada uma delas. O conceito geral do projeto baseia-se na valorização da relação de contraste e equilíbrio existente nos espaços de orla. Dessa forma, em alguns momentos o enfoque está no rio, na sua naturalidade e irregularidade, e em outras escalas se valoriza a terra, sua solidez e conexão com o local.

Na macro escala, elaborou-se algumas diretrizes, Figura 5, para o urbanismo do entorno e acessos ao parque: criação de *cul-de-sac* nas ruas que se interseccionam com o parque, cercas vivas ou com plantio de trepadeiras, finalização das vias de acesso e projeção de ciclofaixa na área urbana com o intuito de criar um percurso com a ciclovia proposta no projeto paisagístico.

A meso escala de intervenção consiste no projeto paisagístico da orla do lago artificial do Rio Ijuí, conforme Figura 6. Optou-se por aprofundar-se na proposta do parque,



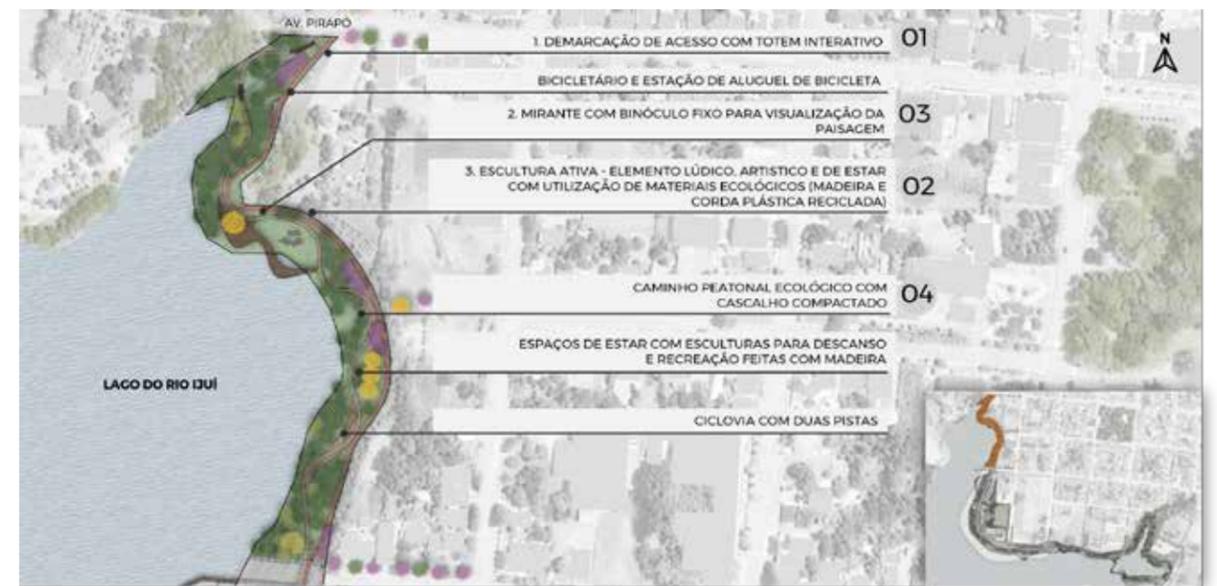
tendo em vista que essa área foi a motivação da escolha do tema e que os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que a revitalização da área é a maior necessidade para o local.

Além disso, o traçado do parque remete ao traçado do rio após as transformações que ocorreram devido a instalação da usina hidrelétrica: o percurso, que antes era predominantemente constante em sua largura, passa a ser caracterizado pela presença de um lago com grandes dimensões e traçado mais suave interseccionando o leito natural. Buscando seguir essas características, o parque também possui dois principais momentos: a área central, que possui um traçado orgânico mais suave e recebe a maioria dos usos, e as extremidades com características ecológicas e que abrigam percursos com trilhas menores e traçado mais curvilíneo.

Com o intuito de uma melhor implantação do programa de necessidades na área de intervenção, este foi dividido em seis principais setores: ecológico, aquático, social, estar, esportivo e apoio. Dessa forma, as diretrizes espaciais provenientes do conceito somadas a questões funcionais do projeto e à características físicas do espaço deram origem ao zoneamento de atividades da área de intervenção, conforme Figura 8.

A partir do zoneamento do parque, foi realizado a evolução do traçado através da demarcação de usos, caminhos e vegetação, resultando na implantação geral da proposta, apresentada na Figura 9. O projeto se configurou a partir de algumas diretrizes gerais: criação de um parque com características que remetam à paisagem natural (cor, traçado, materialidade, formas); respeito às normativas vigentes (principalmente no que tange a APP do lago artificial); preservação e recuperação dos recursos naturais; aproveitamento das visuais para o lago e pôr do sol; utilização de espécies vegetativas de fácil manutenção que auxiliem na recuperação ecológica do local e configurem habitats para a fauna; incentivo à utilização do rio como espaço de lazer em períodos de calor e para a prática esportiva e auxílio na construção de um senso de pertencimento e orgulho através da implantação de um programa variado que atenda à comunidade local e turistas da região.

Figura 6 – a) Imagem aérea com demarcação da área de intervenção b) Imagem aérea aproximada do trecho de praia fluvial. Fonte: Mauro Hass (2020) adaptado pela autora (2021). Figura 7 – Conceito do parque. Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Nos setores demarcados como ecológicos, buscou-se realizar o mínimo de interferência, tendo em vista que se caracterizam como APPs. Dessa forma, o setor ecológico 1, Figura 10, é composto por pista multiuso com pavimentação de saibro ecológico, percurso interativo e deck sobre a água para pesca e estar, como pode ser observado na Figura 11.

Os setores sociais estão localizados no centro do parque e abrigam diversos usos. No setor social 1, Figura 12, tem-se: píer para veículos aquáticos, deck de estar, praia fluvial, canchas de bocha ao ar livre, pista de caminhada e ciclovia. Além disso, nesse setor está localizada a área de apoio com estacionamento (carros, motos e ônibus), bicicletário e marina para barcos. O aspecto visual do setor pode ser observado na Figura 13.

O setor social 2, Figura 14, é composto por áreas de churrasqueira, pergolados para alimentação, arquibancada com palco sobre a água para eventos e edificação multiuso

Figura 10 – Setor ecológico 1. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 11 – Imagens renderizadas do Setor Ecológico 1, com apresentação do acesso principal, mirante, espaço interativo de estar e pista de caminhada, respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

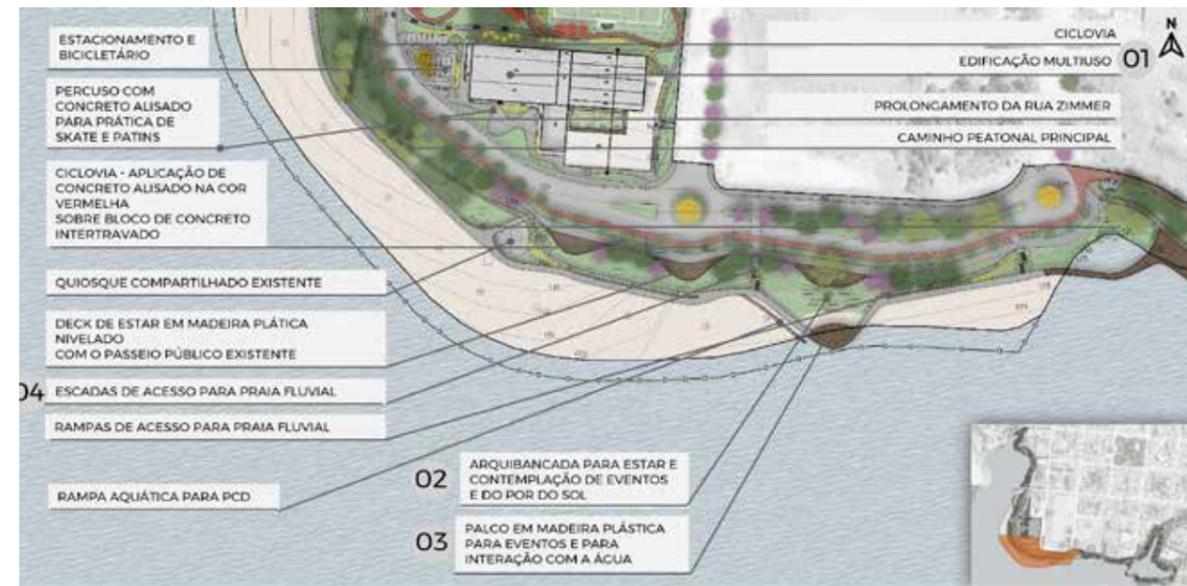
Figura 12 – Setor social 1. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 13 – Imagens do Setor Social 1 com demonstração do deck para saltos e playground infantil respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora (2021).



(esportes, alimentação e eventos sociais), que também se propõe a funcionar como mirante para os visuais do lago e pôr do sol, como pode ser observado na Figura 15.

Outro setor localizado no centro do parque é a área esportiva, Figura 16, que conta com a presença de academia, quadra poliesportiva, campo de futebol, quadras de areia e *playground* infantil. A Figura 17 demonstra o aspecto desse trecho do parque.

Na extremidade sul-leste do parque tem-se o Setor Ecológico 2, Figura 18, que segue o mesmo conceito de funcionamento do Setor Ecológico 1, caracterizado pelo respeito e fomento ao ambiente natural. Nesse espaço tem-se o lago de retenção, deck para pesca, pista multiuso ecológica e interativa, passarela aquática, mirante e a Casa da Memória (restaurada pela Eletrosul como medida mitigatória e que abriga acervo de memória das comunidades e pessoas atingidas pela barragem), elementos que podem ser observados na Figura 19.



A vegetação do parque foi pensada de forma a se adaptar às características físicas do espaço. O município está localizado em uma área de transição entre o bioma mata atlântica e pampa, dessa forma, optou-se por especificar vegetações nativas adaptadas a essas características. Além disso, por se tratar de um espaço de beira de rio, há uma interferência do lago sobre o solo, tornando-o uma região mais úmida, principalmente nos setores ecológicos. Além disso, atentou-se à coloração das florações das espécies, tanto nas arbóreas quanto nas arbustivas e forrações. O conceito surgiu a partir da árvore símbolo do município, o Manacá da Serra, a partir do qual retirou-se as cores principais utilizadas no parque, Figura 20, e sua relação com o zoneamento do mesmo, conforme Figura 21.

Na escala do parque também foram criados setores com características de vegetação diferentes entre si e compatíveis com os condicionantes do local (próximo ao lago, umidade, topografia) e sensações (visão, tato, olfato etc.) que se deseja passar. Dessa

Figura 14 – Setor social 2. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 15 – Imagens renderizadas do Setor Social 2, com voos de pássaro da área e visuais a partir e para a arquibancada e palco de eventos. Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Figura 16 – Setor esportivo. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 17 – Imagens renderizadas do Setor Esportivo, com voo de pássaro do setor, visual a partir da academia e visual da relação entre pista multiuso e via de veículos. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

forma, o parque foi setorizado em quatro principais setores da paisagem conforme Figura 22.

A micro escala consiste no projeto arquitetônico de uma edificação comunitária, que possuía como principais diretrizes: pouca interferência da edificação nos visuais do lago através da utilização desta como mirante, preferência materiais que remetam ao município, um programa multiuso com espaços para eventos e esporte, criação de espaços esportivos com usos ainda não existentes no município, valorização das visuais do lago de pontos internos da edificação, suporte ao parque com espaços de banheiro e vestiários.

O local de implantação da edificação, Figura 23 a), foi pensado dentro do parque de forma a minimizar os impactos visuais da volumetria sobre a paisagem, dessa forma, a área escolhida está localizada na região central do parque, em um terreno com topografia acentuada e de esquina permitindo um aproveitamento da topografia, integração com o parque e uma boa acessibilidade pelas vias adjacentes, elementos visíveis na implantação da Figura 23 b).

O conceito da edificação encontra sua origem no lado sólido, representado pela terra. Com o intuito de aproximá-lo da realidade local, utilizou-se dois elementos característicos do solo do município: a pedra cupim e a terra vermelha, Figura 24. Esses dois elementos inspiraram a escolha de materiais e volumetria sólida da edificação.

O programa de necessidades foi dividido em cinco principais setores: esporte (salas multiuso, quadra poliesportiva e piscinas), social (salão para eventos, brinquedoteca, varanda), alimentício (restaurante e área de apoio à este), administrativo (salas de administração, reuniões e diretoria) e apoio (banheiros e vestiários para atender atividades na edificação e também no parque), conforme Figura 25.

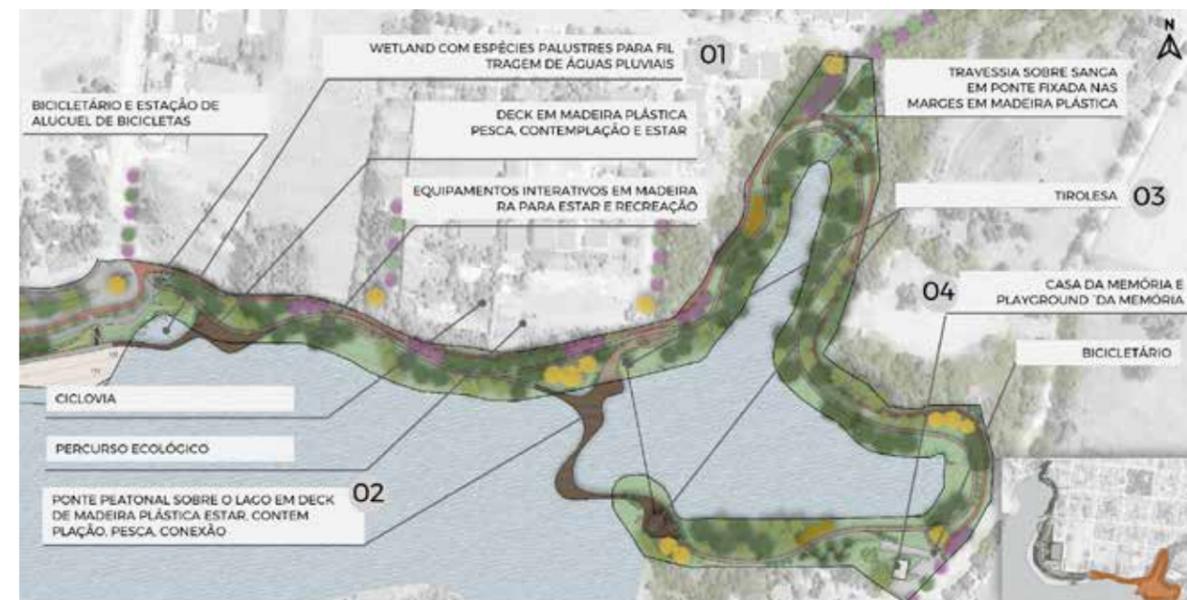


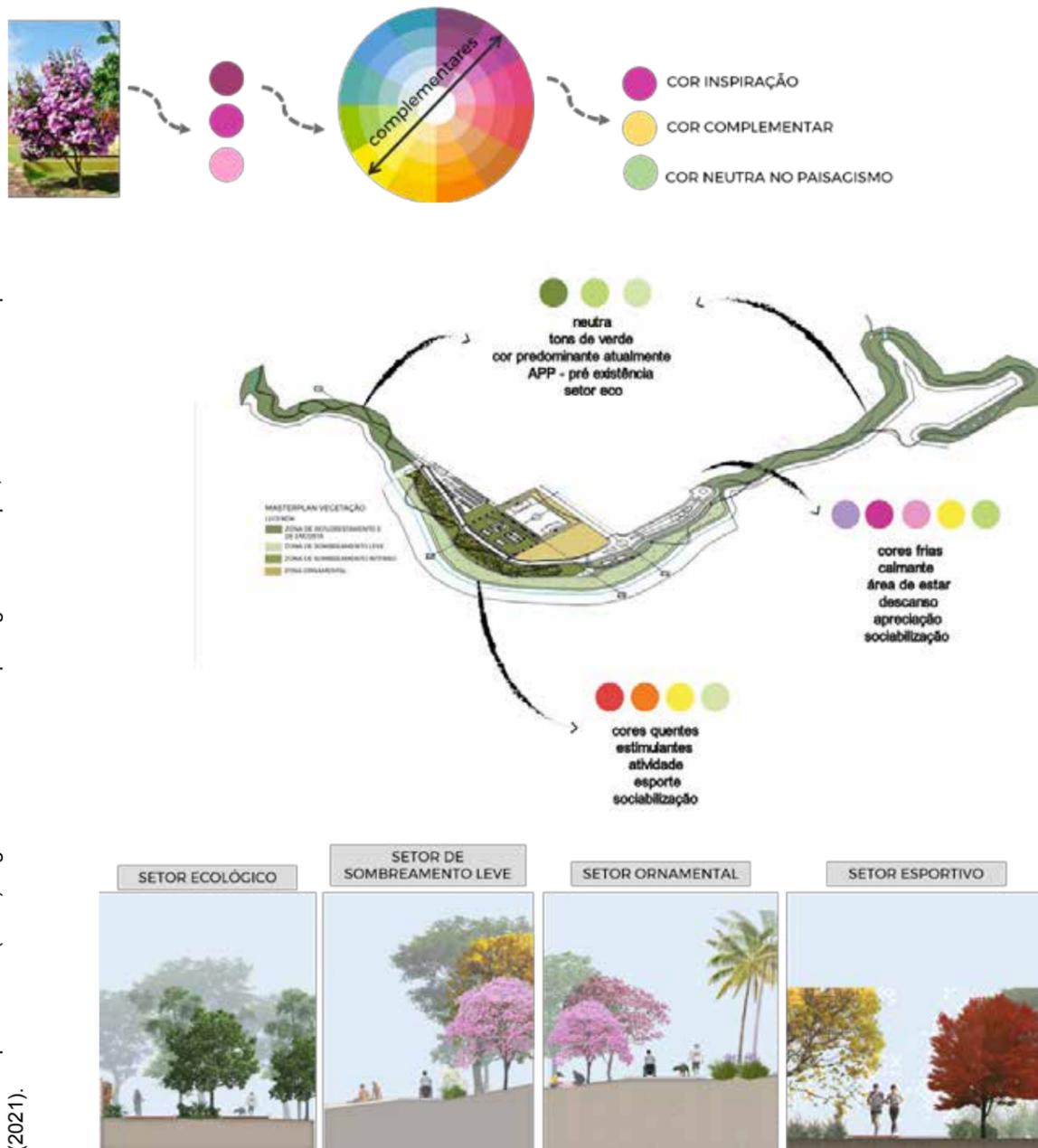
Figura 18 – Setor ecológico 2. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 19 – Imagens renderizadas do Setor Ecológico 2, com visuais de voo de pássaro da ponte peatonal sobre a água e mirante com tirolesa, e visuais da linha do observador da tirolesa e do playground da Memória (localizado junto a Casa da Memória) respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir do zoneamento de usos, evolui-se a proposta e desenvolveu-se a planta baixa da mesma, Figura 26, com uma maior definição dos espaços e suas conexões.

No que tange a volumetria, buscou-se fazer com que essa refletisse o conceito. Além disso, outra premissa era a de que a edificação se adaptasse a topografia e funcionasse como um mirante para o lago, permitindo que a população usufruísse de sua cobertura para aproveitar os visuais. Dessa forma, os volumes de maior altura, que abrigam o setor esportivo, foram posicionados próximo ao limite norte do lote, onde há uma topografia mais inclinada. Posteriormente, próximos às ruas e encaixado aos volumes maiores encontram-se os volumes com menor pé-direito, o que proporciona uma transição gradual de alturas, evitando a sensação de caixote dentro do parque, como pode ser observado na Figura 27.

Em relação a estrutura optou-se pela utilização de estrutura metálica com vedação em concreto pré-moldado. A materialidade utilizada na edificação pode ser observada na Figura 28 e surgiu a partir do conceito, refletido na pedra cupim e na terra vermelha,

Figura 20 – Evolução das cores temáticas do parque a partir da árvore símbolo do município. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 21 - Relação entre cores das vegetações e zoneamento do parque. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 22 – Setores da paisagem do Parque, demonstrando o aspecto visual de cada um deles. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

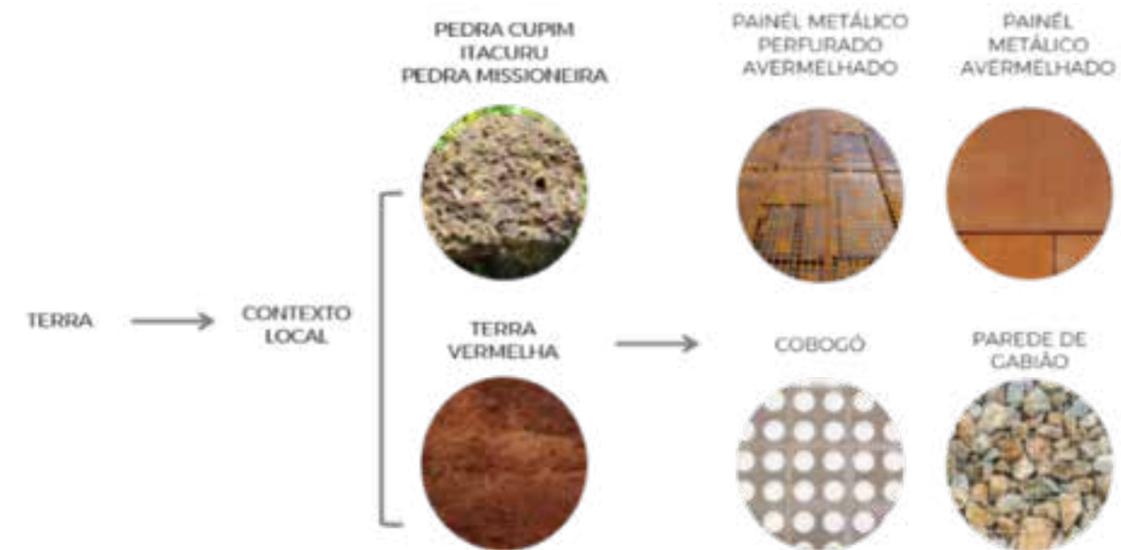
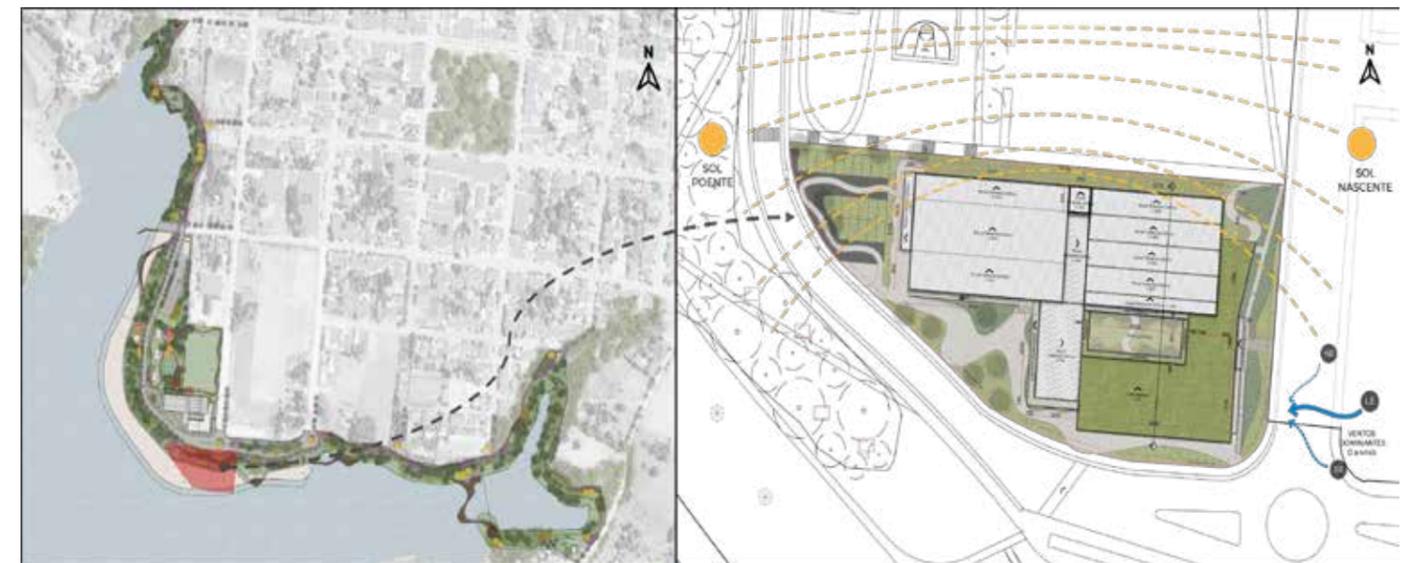


que foram aplicados na edificação através das empenas em gabião no volume social, os painéis perfurados e lisos nos volumes esportivos e os cobogós em áreas internas e externas onde se desejava ventilação constante. Nesses elementos utilizou-se uma coloração marrom avermelhada, remetendo à terra vermelha do local. Além disso, a vedação em concreto pré-moldado recebeu acabamento em chapisco rústico cinza claro, com o intuito de suavizar os tons da edificação e contrastar com os elementos avermelhados.

Considerações finais

A partir do estudo, percebeu-se a falta de estudos paisagísticos e urbanísticos voltados aos municípios de pequeno porte. Isso evidencia-se na dificuldade em encontrar referências projetuais de espaços públicos nas cidades pequenas.

A dificuldade em encontrar projetos compatíveis com a escala adotada funcionou



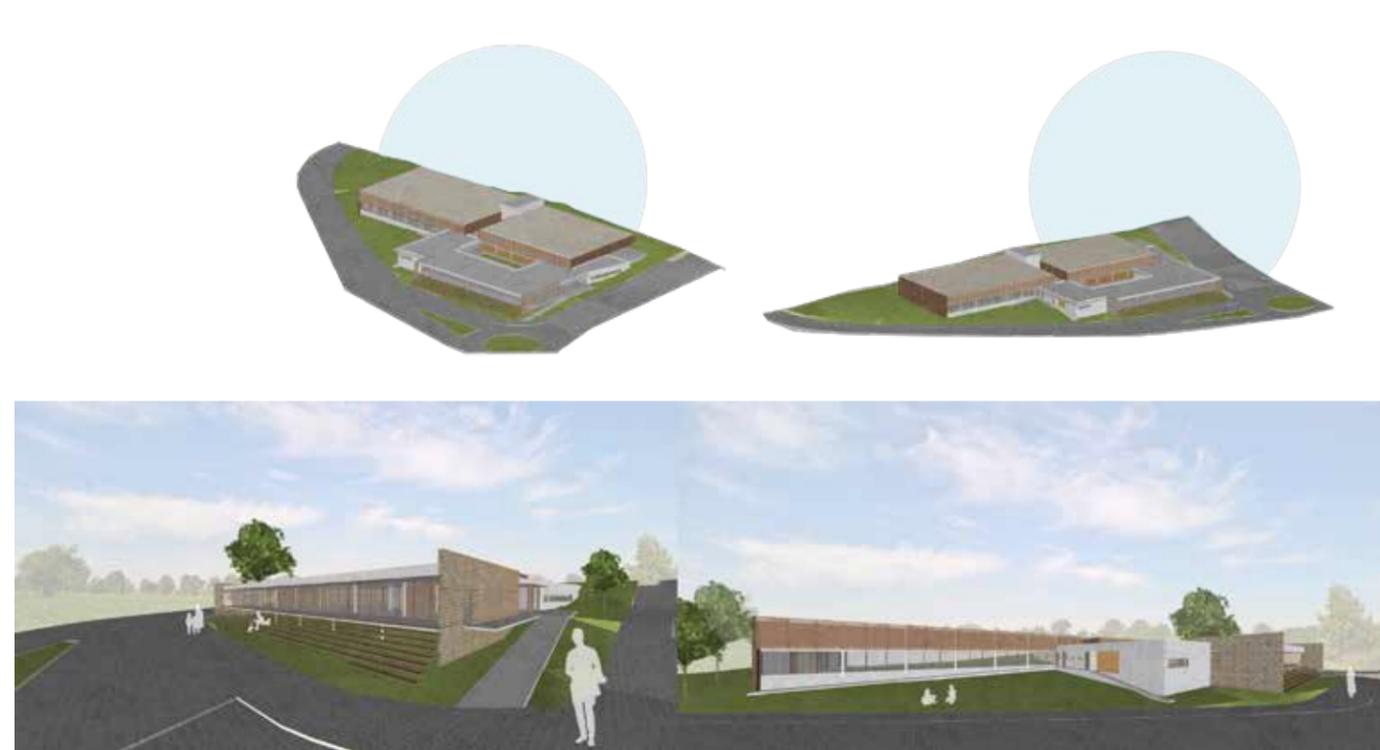
como uma diretriz para o estudo em questão, na medida em que se buscou através do projeto valorizar as especificidades de uma cidade pequena do interior gaúcho. Entre elas, destacam-se a paisagem natural, a proximidade com a natureza e com o campo, a cultura e os costumes da população.

Dessa forma, acredita-se que a proposta alcançou os objetivos propostos através de um projeto compatível com a realidade e com as demandas locais, enaltecendo a paisagem e a cultura existentes em um município de pequeno porte.

Com o intuito de dar continuidade à proposta, o projeto será entregue a Prefeitura Municipal de Roque Gonzales como forma de agradecimento pelo auxílio prestado durante o processo. Mas para além disso, busca-se com isso fomentar os investimentos na área de intervenção bem como os estudos de espaços públicos em tipologias urbanas de pequeno porte.

Figura 23 – a) Local de implantação da edificação dentro do parque b) Implantação da edificação e sua relação com o entorno. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 24 – Conceito da edificação e sua materialização. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 25 – Perspectiva isométrica da edificação com respectivo zoneamento de usos. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 26 – Planta baixa da edificação. Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Referências

- ANEEL. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil - 3ª edição*. Brasília. ANEEL. 2008.
- BAPTISTA, Márcio.; CARDOSO, Adriana. *Rios e cidades: uma longa e sinuosa história...* Revista UFMG, v. 20, n. 2, p. 124–153, 2013.
- BATISTA, Alisson. *Arquitetura Social e inclusiva: a importância dos espaços públicos destinados à cultura e ao lazer em cidades de pequeno porte*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário de Maringá.
- BRASIL. *Constituição Federal*, Art 6º. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. > Acesso em: 24 maio. 2021.
- COLITO, Maria Clementina E. *A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço - comunidades rurais ameaçadas pela U.H de Jataizinho - Rio Tibagi/Pr*. Serviço Social em Revista, v. 2, n. 2, p. 275–285, 2000.

CUTI, Auriele Fogaça; NAOUMOVA, Natália. *A paisagem da cidade pequena: a variabilidade visual experienciada pelo caminhar*. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Pelotas, v. 3, n. 11, p. 201-217, primavera de 2019.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo. Perspectiva, 2000. 28-50

IBGE. *IBGE | Cidades | Rio Grande do Sul | Roque Gonzales | Panorama*, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/roque-gonzales/panorama>>. Acesso em: 01 de julho de 2021.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos de lazer - uma introdução*. Campinas. Editora Autores Associados, 1950.

PELLEGRIN, Ana de. *Os contrastes do ambiente urbano: espaço vazio e espaço de lazer*. 1999. Dissertação de mestrado em Educação Física na área de concentração “Estudos do Lazer.” Universidade Estadual de Campinas.

PELLEGRIN, ANA de. *Espaço de lazer*. In: GOMES, Christianne Luce. *Dicionário Crítico do Lazer*. Autêntica, 2004. 16, p. 73-75.

PONDÉ, Milena Pereira. CAROSO, Carlos. *Lazer como fator de proteção da saúde mental*. Revista de Ciências Médicas. Campinas. v. 12, n. 2, p. 163–172, 2003.

REYNOSO, Arsenio Ernesto Gonzáles. MUÑOZ, Lorena Hernández Z, COHEN, Manuel Perló SAENZ, Itxkuauhtli Zamora. *Rescate de ríos urbanos: Propuestas conceptuales y metodológicas para la restauración y rehabilitación de ríos*. México, 2010.

SOARES, Vânia Ribeiro. *Impactos sociais causados pela construção de hidrelétricas em populações ribeirinhas na zona da Mata Mineira: o caso específico da Usina Hidrelétrica Candonga – Rio Doce/ Santa Cruz Escalvado – Minas Gerais*. 2009.

Figura 27 – Esquema isométrico da volumetria da edificação. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 28 – Perspectivas externas da edificação. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Monografia para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora.

WALL, Ed; WATERMAN, Tim. *Fundamentos de Paisagismo – Desenho Urbano*. Porto Alegre. Bookman. 2012.